

Termo de Referência 11/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2024	985725-PREF.MUN.DE SANTA MARIA DE JETIBA	VANDERLANE WOLFGRAN	14/03/2024 16:31 (v 5.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		10743/2023

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de FÓRMULAS INFANTIS nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO INTERNO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA FENILCETONURICOS PARA INDIVIDUOS ACIMA DE 08 ANOS (PKU3) ALIMENTO EM PO PARA DIETAS COM RESTRICAO DE FENILALANINA, ISENTO DE FENILALANINA, CONTENDO UMA MISTURA DE AMINOACIDOS, CARBOIDRATOS, VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS. NAO CONTENDO GLUTEN. INDICACOES: PARA O CONTROLE DIETETICO DE INDIVIDUOS ACIMA DE 8ANOS, PORTADORES DE FENILCETONURIA OU HIPERFENILALANINEMIA. EMBALAGEM: LATA COM NO MINIMO 500G COM COLHER DE MEDIDA. ROTULO COM A INSCRICAO PROIBIDA A VENDA.	54685	LATA	05
02	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA FENILCETONURICOS PARA INDIVIDUOS DE 01 A 08 ANOS (PKU2) ALIMENTO EM PO PARA DIETAS COM RESTRICAO DE FENILALANINA. ISENTO DE FENILALANINA, CONTEM UMA MISTURA DE AMINOACIDOS, CARBOIDRATOS, VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS. NAO CONTEM GLUTEN. INDICACOES: PARA O CONTROLE DIETETICO DE INDIVIDUOS DE 1 A 8 ANOS, PORTADORES DE FENILCETONURIA OU	54686	LATA	03

	HIPERFENILALANINEMIA. PROTEINA. EMBALAGEM: LATA COM NO MINIMO 500G COM COLHER MEDIDA. ROTULO COM A INSCRICAO PROIBIDA A VENDA.			
03	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA FENILCETONURICOS PARA INDIVIDUOS MENORES DE 01 ANO (PKU1) ALIMENTO EM PO PARA DIETAS COM RESTRICAO DE FENILALANINA. ISENTA DE FENILALANINA, CONTEM UMA MISTURA DE AMINOACIDOS, CARBOIDRATOS, VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS. NAO CONTENDO GLUTEN. INDICACOES: PARA O CONTROLE DIETETICO DE INDIVIDUOS DE 0 A 12 MESES, PORTADORES DE FENILCETONURIA OU HIPERFENILALANINEMIA. EMBALAGEM: LATA COM NO MINIMO 500G COM COLHER DE MEDIDA. ROTULO COM A INSCRICAO PROIBIDA A VENDA.	54684	LATA	02
04	FORMULA INFANTIL A BASE DE SOJA LATA COM 400G - DE ORIGEM VEGETAL PARA LACTENTES DO 0 A 12 MESES - A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA ISENTA DE LACTOSE E SACAROSE, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. ATENDENDO AS RECOMENDACOES DO CODEXALIMENTARIUS FAO /OMS E PORTARIA 997/98 DO M.S. REFERENCIAS DE MARCAS: NANSOY, APTAMIL SOJA 1 E 2, NURSOY, ISOMIL, ENFAMILPROSOBEE OU SIMILAR /EQUIVALENTE.	51435	UN	150
05	FORMULA INFANTIL ANTI REGURGITACAO LATA COM 400 G - DE MAIOR VISCOSIDADE COM AMIDO DE MILHO OU ARROZ PRE ACRESCIDA DE OLEO VEGETAL - ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. ATENDENDO AS RECOMENDACOES DO CODEXALIM FAO/OMS E PORTARIA 997/98 DO M.S. REFERENCIA DE MARCAS: NAN AR, ENFAMILPREMIUN AR, APTAMILAR OU SIMILAR/EQUIVALENTE.	51432	UND	300
06	FORMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO COM 400 G PARA LACTENTES DE 06 A 12 MESES - COM PROTEINAS LACTEAS OLEOS VEGETAIS ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, NUCLEOTIDEOS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS ATENDENDO AS RECOMENDACOES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS E PORTARIA 997/98 DO M. S. REFERENCIA DE MARCAS: APTAMIL 2, MILUPA 2, NESTOGENO 2, SIMILAC 2, ENFAMILPREMIUM 2, NANPROB 2 OU SIMILAR/EQUIVALENTE.	51433	UND	700
07	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 06 MESES COM PROTEINAS LACTEAS, ADICIONADA DE PREBIOTICOS, OLEOS VEGETAIS ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, NUCLEOTIDEOS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS, ATENDENDO AS RECOMENDACOES DO CODEXALIMENTARIUS FAO /OMS E PORTARIA 997/98 DO M.S.	53988	UND	700
08	FORMULA PARA NUTRICIONAL ENTERAL , NUTRICIONALMENTE COMPLETA (SOJA) NORMOCALORICA, NORMOPROTEICA, POLIMERICA, SEM ADICAO DE LACTOSE, SACAROSE E GLUTEN. FONTE DE PROTEINA A BASE DE SOJA, ATE 1,5 KCAL /ML EMBALAGEM DE 400G COM COLHER DE MEDIDA.	54688	UND	30

09	FORMULA PEDIATRICA PARA NUTRICIONAL ENTERAL EM PO - NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALORICA, NORMOPROTEICA, SEM ADICAO DE LACTOSE E ISENTO DE GLUTEN. EMBALAGEM DE 400G COM COLHER DE MEDIDA. SUGESTAO DE MARCA: FORTINI, PEDIASURE PO SUPLEMENTO INFANTIL	54687	UND	10
10	LEITE DE SOJA EM PO- A BASE DE PROTEINA ISOLADA DE SOJA; ISENTA DE SACAROSE E LACTOSE; RICO EM VITAMINAS E SAIS MINERAIS; SABOR NATURAL PRA CRIANCAS A PARTIR DE 01 ANO, ADULTOS E IDOSOS; A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, INCLUSIVE MARCA, NOME E ENDERECO DO FABRICANTE; LISTA DE INGREDINETES; DATA DE VALIDADE OU PRAZO MAXIMO PARA CONSUMO; NUMERO DO LOTE; INFORMACAO NUTRICIONAL; QUANTIDADE DO PRODUTO; ISENTO DE SUBSTANCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A SUPERFICIE EXTERNA, INSETOS, PARASITAS OU LARVAS; VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; EMBALAGEM DE 300 A 400G	53803	UND	200

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência dos contratos oriundos da (s) Ata (s) é de 12 meses contados da publicação em site Oficial, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A aquisição das fórmulas infantis são fundamentais para atender as necessidades nutricionais, para atendimento de demandas da Secretaria Municipal de Saúde. Por entender que uma das consequências mais perversas associadas com o baixo nível de renda das famílias é a desnutrição, a ingestão insuficiente de proteínas e calorias pelas crianças na fase de formação óssea, desenvolvimento motor e mental, ainda na primeira infância. Tendo em vista, que quando não há a possibilidade do aleitamento materno, essa demanda precisa ser suprida com fórmulas infantis de partida e seguimento. Em observação ao artigo 196 da Constituição Federal, que garante, dentre outros, “o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação”, e à Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do adolescente), Art. 4º “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação (...)”. Além disso, a inclusão de Terapia Nutricional Enteral (TNE) é um conjunto de procedimentos cujo objetivo é manter e/ou recuperar o estado nutricional do paciente, por meio de via oral, sondas ou ostomias, através do fornecimento de energia e nutrientes. Diante do exposto, a inclusão dessas dietas enterais faz se necessário para atender demandas urgentes, principalmente de famílias em situação de vulnerabilidade social, nos casos em que o Estado, através do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, não estiver disponibilizando em tempo hábil. Objetivando tê-las licitadas para os casos morosos, demandas judiciais ou necessidades avaliadas pela equipe técnica e gestor, comprovando a relevância da sua dispensação.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. A descrição sobre os requisitos de sustentabilidade encontram-se descritos em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), conforme descrito nas especificações de cada item.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias corridos, contados do envio da autorização de fornecimento.

5.3. Caso não seja possível a entrega de acordo com o prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no endereço indicado no E-mail enviado juntamente com Autorização de fornecimento.

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses a contar da data da entrega.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

Gestão do Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica e Administrativa

6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, para Registro de Preço, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada de acordo com a necessidade.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Documentos para habilitação:

8.4. Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;

8.5. Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;

8.6. Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

8.7. Prova de Inscrição Estadual, se houver, relativa ao domicílio ou sede da empresa;

8.8. Prova de Inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa;

8.9. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgão público ou empresa privada;

8.10. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (as empresas criadas no exercício ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura);

8.11. Demonstrativos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

8.11.1 As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total para contratação.

8.12. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

8.13. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;

8.14. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;

8.15. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

8.16. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8.17. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão);

8.18. Declaração de atendimento ao Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

8.19. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;

8.20. Declaração de atendimento ao previsto no § 2º. Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2019 (apenas para microempresas e empresas de pequeno porte)

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 89.845,21

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 89.845,21 (oitenta e nove mil oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e um reais).

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão com a seguinte classificação funcional programática e suas atualizações durante a mudança do exercício financeiro:

015.001.10.122.0042.2.073 Fortalecimento do controle social

dotação : 63 -150000150000- Material Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VANDERLANE WOLFGRAN

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

SILENE BELZ

SECRETÁRIA DE SAÚDE